

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	9
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	10
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	11
2.5 Medições não contábeis	12
2.6 Eventos subsequentes as DFs	15
2.7 Destinação de resultados	17
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	19
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	20
2.10 Planos de negócios	21
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	23
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	24
5.2 Descrição dos controles internos	33
5.3 Programa de integridade	42
5.4 Alterações significativas	46
5.5 Outras informações relevantes	47

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras apresentadas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades da Companhia, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar a evolução dos resultados, patrimonial e fluxo de caixa ao longo dos exercícios/períodos.

Os termos "AH" e "AV" constantes de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha de nossas demonstrações financeiras e/ou informações financeiras intermediárias ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha (i) em relação a Receita Líquida de Serviços para os exercícios/períodos aplicáveis, quando da análise das demonstrações dos resultados; ou (ii) em relação ao total do ativo e/ou total do passivo e patrimônio líquido, nas respectivas datas, quando da análise do balanço patrimonial.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia entende que suas condições financeiras e patrimoniais são suficientes para implementar o seu plano de negócios para os próximos doze meses e cumprir com seus passivos de curto prazo. A geração de caixa operacional da Companhia, juntamente com recursos de terceiros disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios para os próximos doze meses.

Os Diretores apresentam abaixo informações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme tabelas abaixo:

Em milhares de reais, exceto %	Em encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Lucro Líquido	54.992	30.668
Receita Líquida de Serviços	710.765	348.926
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	339.943	146.301
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾	48%	42%
⁽¹⁾ Corresponde ao EBITDA Ajustado na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.		
⁽²⁾ Corresponde ao EBITDA Ajustado na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.		

Considerando o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a Receita Líquida de Serviços e o Lucro Líquido foi de R\$ 711 milhões e R\$ 55 milhões, respectivamente, representando um aumento de 104% na Receita Líquida de Serviços e um aumento de 79% no Lucro Líquido quando comparados ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Na opinião dos Diretores da Companhia, estes impactos positivos se devem principalmente em razão de alta demanda por banda larga em fibra ótica no mercado doméstico, impulsionada pelas necessidades individuais da população em estarem conectadas com um serviço estável e de qualidade.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Considerando o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 340 milhões representando um aumento de 32% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. A Margem EBITDA Ajustada, por sua vez, foi de 48%, impactada positivamente em 6 pontos percentuais quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Na opinião dos Diretores da Companhia, estes impactos positivos se devem principalmente em razão da alta demanda por banda larga em fibra ótica de qualidade no mercado doméstico, em conjunto com as iniciativas de ganho de eficiência e alavancagem operacional da Companhia.

Em milhares de reais	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Dívida Bruta	881.249	706.127
Dívida Líquida ⁽¹⁾	629.827	251.093
⁽¹⁾ Corresponde à Dívida Líquida na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.		

Em relação ao perfil do endividamento, nota-se que o índice de endividamento total (representado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido) foi de 1,6x e 1,4x, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante da Companhia era de R\$ 393.219 mil, inferior em R\$ 60.708 mil ao passivo circulante de R\$ 453.927 mil, representando um índice de liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 0,9x.

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante da Companhia era de R\$ 545.909 mil, superior em R\$ 251.402 mil ao passivo circulante de R\$ 294.507 mil, representando um índice de liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 1,9x.

(b) estrutura de capital

A Diretoria da Companhia acredita que a estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era adequada para atender as demandas e necessidades das operações e continuar a execução do seu plano de crescimento, na proporção apresentada na tabela abaixo:

Em milhares de reais, exceto %	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Dívida Bruta	881.249	706.127
Dívida Líquida (A)	629.827	251.093
Patrimônio Líquido (B)	951.869	891.356
Capital total (A +B)	1.581.696	1.142.449
Percentual de capital de terceiros (A) / (A+B)	40%	22%
Percentual de capital Próprio (B) / (A+B)	60%	78%

Nota-se, portanto, que apesar do aumento da dívida líquida de R\$ 251,1 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 629,8 milhões em 31 de dezembro de 2022, a proporção de capital de terceiros em relação ao capital total da Companhia foi alterada em 18 pontos percentuais.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Conforme mencionado nos itens 2.1(a) e 2.1(b) acima e considerando a capacidade de geração de caixa operacional da Companhia e do acesso à captação de recursos de terceiros, os Diretores da Companhia acreditam que a Companhia tenha plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos até a data deste Formulário de Referência.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os Diretores da Companhia entendem que as principais fontes de financiamento utilizadas para capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes foram provenientes de: (i) geração de caixa das atividades operacionais da Companhia, (ii) debentures captados junto a instituições financeiras e (iii) recursos provenientes da abertura de capital (IPO).

Conforme mencionado no item 2.1(c), os Diretores da Companhia acreditam que as fontes de financiamento junto a terceiros estão adequadas à capacidade de geração de caixa das atividades operacionais e do perfil de endividamento da Companhia, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes, sempre preservando a capacidade de pagamento da Companhia.

Os empréstimos e financiamentos e debentures em aberto 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão detalhados abaixo no item abaixo 2.1(f) deste Formulário de Referência.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A principal fonte de recurso para as nossas necessidades de capital que pretendemos utilizar no curso regular dos nossos negócios é o nosso caixa operacional. Os Diretores da Companhia acreditam que essas disponibilidades são suficientes para atender as nossas necessidades regulares de capital pelos próximos 12 meses. No entanto, para continuarmos a expansão territorial pretendida para nossa operação poderemos fazer uso de linhas de crédito e financiamento.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Os Diretores da Companhia reportaram que, em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debentures da nossa Companhia era de R\$ 881,2 milhões (comparativamente a R\$ 706,1 milhões em 31 dezembro de 2021). A dívida líquida é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante somada as debentures emitidas, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras, tendo sido de R\$ 629,8 milhões em 31 de dezembro de 2022 (comparativamente a R\$ 251.093 milhões em 31 dezembro de 2021), conforme apresentado no item 2.5 desse Formulário de Referência. Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos da Companhia e suas subsidiárias junto a instituições financeiras considerados relevantes pela Administração da Companhia estão demonstrados a seguir.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo demonstra a abertura dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2022:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Dívida	Modalidade	Juros Contrato	Saldo em 31/12/2022 ⁽²⁾	Vencimento	Garantia ⁽³⁾
Santander	CCB	CDI + 4,0%	59.698.726,45	Set/26	Sim
3ª Emissão de Debêntures ⁽¹⁾	Deb. 476	CDI +2,6%	356.677.130,48	Nov/28	Sim
1ª Emissão de Debêntures ⁽¹⁾	Deb. 476	CDI + 3,6%	201.954.046,91	Mar/27	Sim
4ª Emissão de Debêntures ⁽¹⁾	Deb. 476	CDI +2,35%	265.297.970,54	Fev/29	Sim
NETION Safra R\$ 0.530MM	CCB	13,23%	210.562,6	Nov/23	Sim
NETION Safra	CCB	CDI + 15,39%	112.229,26	Jul/23	Sim
C-LIG Sofisa - R\$ 1.150M	CCB	CDI + 14,70%	883.113,57	Nov/25	Sim
LPNET - Safra - 3.466M - 1091982	CCB	10,42%	2.396.658,08	Jul/25	Sim
Total	887.230.432,98				
<p>⁽¹⁾ Para maiores informações a respeito da 1ª, 3ª e 4ª Emissão de Debêntures da Companhia vide Seção 12.3 deste Formulário de Referência (Descrição dos outros valores mobiliários emitidos).</p> <p>⁽²⁾ Em milhares de reais. (3) As garantias incluem aval, cessão fiduciária de direitos creditórios, nota promissória, entre outras.</p>					

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía outras operações de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas referidas no item 2.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2022 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor e garantias contratadas.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia é parte como tomadora em contratos de empréstimos e financiamentos evidenciadas no item 2.1(f) acima e, portanto, no contexto de tais financiamentos, está obrigada à observância de determinadas obrigações e restrições, sob pena de vencimento antecipado das dívidas.

Tais restrições são usuais de mercado em operações como aquelas contratadas pela Companhia e incluem cláusulas de vencimento antecipado nas hipóteses de: (i) alteração de controle direto ou indireto da Companhia ou do respectivo avalista (conforme o caso); (ii) reorganizações societárias (como, por exemplo, fusão, cisão, incorporação, entre outras), sem anuência prévia do credor; (iii) cross default, ou seja, caso a Companhia e/ou qualquer controlada inadimplirem suas obrigações e/ou não liquidarem, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade decorrente de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

outras cédulas, outros contratos, empréstimos; (iv) inadimplência em transações com instituições financeiras; entre outras.

Cláusulas contratuais restritivas (covenants):

- Banco Santander:

A CCB do Banco Santander possui, dentre outras, as seguintes hipóteses de vencimento antecipado: (i) se a cliente e/ou a(s) avalista(s) infringirem ou não cumprirem, no todo ou em parte, qualquer cláusula ou condição da CCB; (ii) se a cliente e/ou o avalista tiverem o seu controle societário direto ou indireto transferido a terceiro ou vierem a ser incorporados, ou ocorrer a fusão, ou a transferência, seja por cisão ou por qualquer outra forma, de ativos operacionais para outra entidade sem que o Banco tenha manifestado, formalmente, a decisão de manter vigente esta cédula, antes de tal transferência; (iii) se a cliente e/ou o avalista e/ou quaisquer sociedades direto ou indiretamente ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pela cliente e/ou pelo avalista, inclusive no exterior, exceto as empresas investidas pelos Fundos de Investimento em Participação do grupo H.I.G. Capital e que não façam parte da composição acionária da cliente e as empresas eventualmente detidas por acionistas minoritários da cliente, inadimplirem suas obrigações e/ou não liquidarem, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade decorrente de outras cédulas, outros contratos, empréstimos ou descontos celebrados com o próprio Banco e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras, ou controladas pelo Banco, inclusive no exterior. A Companhia deve observar, ainda, o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA, o qual deve ser menor ou igual a dois.

- Debêntures da Companhia

As debêntures possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de não cumprimento, que preveem obrigações periódicas financeiras e não financeiras usuais de mercado, e com a observância anual do índice financeiro de dívida financeira líquida / Ebitda (conforme definidos nos respectivos instrumentos) menor ou igual a 3,00x, a partir do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 para a 4ª emissão e 31 de dezembro de 2021 para as 1ª e 3ª emissões. Para maiores informações a respeito das Emissões de Debêntures da Companhia vide Seção 12.3 deste Formulário de Referência.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, com as informações financeiras trimestrais consolidadas da Companhia e com as respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

A seguir, são apresentados os valores relativos as demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO RELATIVAS AO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO RELATIVAS AO PERÍODO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Demonstração do resultado do exercício (Em milhares de reais, exceto %)	Em 31 de dezembro 2022	AV (%)	Em 31 de dezembro 2021	AV (%)	AH (%)
Receita líquida de serviços	710.765		348.926		103,7%
Custo dos serviços prestados	(290.515)	-40,9%	(150.351)	-43,1%	93,2%
Lucro bruto	420.250	59,1%	198.575	56,9%	111,6%
Despesas gerais e administrativas	(102.776)	-14,5%	(81.162)	-23,3%	26,6%
Despesas comerciais	(103.022)	-14,5%	(50.169)	-14,4%	105,3%
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(4.249)	-0,6%	(1.419)	-0,4%	199,4%
Outras receitas (despesas), líquidas	9.191	1,3%	2.915	0,8%	215,3%
Lucro antes do resultado financeiro e tributos	219.394	30,9%	68.740	19,7%	219,2%
Receitas (despesas) financeiras	(145.706)	-20,5%	(34.652)	-9,9%	320,5%
Receitas financeiras	48.701	6,9%	23.298	6,7%	109,0%
Despesas financeiras	(194.407)	-27,4%	(57.950)	-16,6%	235,5%
Resultado financeiro, líquido	(145.706)	-20,5%	(34.652)	-9,9%	320,5%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	73.688	10,4%	34.088	9,8%	116,2%
Imposto de renda e contribuição social ⁽¹⁾	(18.696)	-2,6%	(3.420)	-1,0%	446,7%
Lucro líquido do exercício	54.992	7,7%	30.668	8,8%	79,3%

⁽¹⁾ Esta linha considera os saldos de "Imposto de renda e contribuição social" e "Imposto de renda e contribuição social diferido".

Receita Líquida de Serviços

A receita líquida de serviços da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 aumentou R\$ 361.839 mil, ou 104%, em relação ao mesmo período de 2021, passando de 348.926 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 710.765 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação reflete a alta demanda por banda larga em fibra ótica no mercado doméstico como consequência de necessidades individuais da população em estarem conectadas com um serviço estável e de qualidade.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados da Companhia cresceu 93%, ou R\$ 140.164 mil, passando de R\$ 150.351 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 290.515 mil no mesmo período de 2022. A variação se justifica em razão do crescimento da operação da Companhia e consequente maior necessidade de insumos para a prestação de serviço e manutenção da qualidade, como pessoal, manutenção, interconexão e meios de conexão. Tais aumentos foram parcialmente compensados pelos ganhos de eficiência e escala da Companhia.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram R\$ 21.614 mil, ou 27%, passando de R\$ 81.162 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 102.776 mil no mesmo período de 2022 em função da contratação de administradores para adequação do nível gerencial da Companhia, despesas com transformação digital, e gastos com ocupação para fazer frente ao seu plano de expansão.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas comerciais

As despesas comerciais da Companhia aumentaram R\$ 52.853 mil, ou 105%, passando de R\$ 50.169 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 103.022 mil no mesmo período de 2022 em função do crescimento dos times de venda e comissões de venda dado incremento de adição bruta, despesas de marketing e o novo posicionamento da Companhia.

Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

A perda por redução ao valor recuperável de contas a receber da Companhia aumentaram R\$ 2.830 mil, ou 199%, passando de R\$ 1.419 mil, no período findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 4.249 mil no mesmo período de 2022, em função do crescimento acelerado da Companhia e deterioração da conjuntura macroeconômica no exercício de 2022.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia variou em R\$ 111.054 mil, passando de um resultado negativo de R\$ 34.652 mil no exercício de 31 de dezembro de 2021 para um resultado negativo de R\$ 145.706 mil no exercício de 31 de dezembro de 2022 em função da nova estrutura de capital da Companhia e menor saldo de caixa e equivalentes, em função dos investimentos em expansão e instalação de clientes.

Imposto sobre a renda e da contribuição social

Os impostos sobre a renda e contribuição social aumentaram 447%, passando de R\$3.420 mil no exercício de 31 de dezembro de 2021 para R\$ 18.696 mil no mesmo período de 2022. Esta variação é atribuída substancialmente ao aumento do Lucro antes do imposto de renda e contribuição social em cerca de 116% em relação ao ano de 2021, o que resultou em um aumento no valor a ser pago de Imposto de renda.

Lucro líquido do período

O lucro líquido da Companhia aumentou R\$ 24.324 mil, ou 79 %, passando de R\$ 30.668 mil em dezembro de 2021 para R\$ 54.992 mil em 2022, em razão dos fatores acima expostos.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

A seguir, são apresentados os fluxos de caixa da Companhia, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em		AH (%)
	2022	2021	
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	88.471	752.975	-88%
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de investimento	(249.572)	(1.798.812)	-86%
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais de financiamentos	88.237	1.132.389	-92%

Atividades Operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$ 88.471 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado aos R\$ 752.975 mil gerado pelas atividades operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando uma variação

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de R\$ (664.504) mil, justificado principalmente pelo ganho na venda de operação descontinuada, líquida de impostos.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 249.572 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado aos R\$ 1.176.519 mil aplicados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando uma diminuição de R\$ 1.549.240 mil, devido principal à desaceleração da expansão da Companhia ao longo de 2022, em função do maior foco na penetração da rede existente e consequente geração de caixa.

Atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 88.237 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 1.132.389 mil gerados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de R\$ 1.044.152 mil, justificado principalmente pela entrada de recursos da abertura de capital (IPO) em 2021, e maior amortização de empréstimos e financiamentos em 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultados operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, e consequentemente de suas operações nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é composta de receitas de serviços de telecomunicações. Os diretores da Companhia entendem que a receita líquida de serviços da Companhia pode ser diretamente afetada por inúmeros fatores, inclusive: (a) satisfação dos clientes com os serviços prestados pela Companhia; (b) competição com outras companhias do setor; (c) legislação tributária sobre prestação de serviços.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciados pela estratégia de expansão territorial tanto orgânica quanto inorgânica e pela captura crescente de novos clientes. Sendo a estratégia bem-sucedida, os resultados operacionais serão impactados pelo aumento de vendas compensados parcialmente pelo aumento de custos e despesas operacionais para suportar a operação.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita da Companhia não é diretamente impactada por variações nos preços, taxas de câmbio e inflação. Não obstante, nos últimos exercícios sociais, a Companhia aumentou o volume de vendas de serviços e como consequência aumentou significativamente sua receita bruta, ano após ano.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Nossos negócios são afetados pelas condições econômicas gerais no Brasil ainda que se trate de um serviço essencial para a população. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo e na taxa de desemprego poderão reduzir a disponibilidade de renda e poder de compra do nosso público-alvo, afetando nossa capacidade de continuar crescendo a base de assinantes.

A inflação pode impactar o resultado operacional da Companhia em linhas como despesas, salários, contratos de aluguéis, que em sua maioria são reajustados anualmente por meio de índices como IGPM e IPCA. Um aumento na taxa de inflação associado a condições econômicas adversas no Brasil pode afetar o resultado operacional da Companhia.

O risco cambial está relacionado, basicamente, a importação de equipamentos. Ainda que o percentual de equipamentos com exposição cambial seja baixo para a operação, oscilações no câmbio podem afetar os custos de nossos fornecedores e, portanto, o resultado operacional da Companhia.

Finalmente, a taxa de juros da economia tem influência nos nossos resultados. Um aumento na taxa de juros poderia desaquecer o mercado como um todo, afetando as nossas receitas com prestação de serviços. Por outro lado, uma redução nos juros básicos da economia estimularia o consumo e reduziria nossas despesas de intermediação financeira e juros de empréstimos bancários.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Adoção do IFRS16 que foi emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

O Grupo aplicou o CPC 06(R2) /IFRS 16 pela primeira vez em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) /IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4.

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição para não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento em 1º de janeiro de 2019. Em vez disso, a Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial.

Além disso, a amortização dos ativos de direito de uso e o reconhecimento de custos de juros sobre a obrigação de arrendamento nas demonstrações do resultado substituíram os valores reconhecidos como despesas operacionais de locação de acordo com a norma de arrendamento vigente anteriormente. A classificação dos pagamentos de arrendamentos na demonstração dos fluxos de caixa também foi afetada pelos requisitos da nova norma de arrendamento.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 não houve alteração de prática contábil que afetou as demonstrações financeiras da Companhia.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais consolidadas auditadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 da Companhia foram emitidos sem ressalvas.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 1.1 e 1.12 do Formulário de Referência. Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a aquisição das empresas Netion Soluções em Internet Via Rádio S.A., C-Lig Telecomunicações S.A, Starnet Telecomunicações Ltda. (atualmente sob a denominação social de Desktop Internet Ltda.), Net Barretos Participações S.A., Net Barretos Tecnologia Ltda. (aquisição indireta) e das empresas a LPNet Telecomunicações Ltda., Velus Serviços de Comunicações Ltda., Netstyle Comércio de Equipamentos de Informática Ltda., Silva e Silveira Provedor de Internet Ltda. e LPNet Serviços de Cobrança Ltda. (em conjunto, LPNet). Durante o exercício de 2022, a Companhia concluiu as aquisições das empresas Infolog TI Tecnologia Ltda. e IDC Telecom Ltda.

(c) eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada

O “EBITDA” (*earnings before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar o “LAJIDA” (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM 156, de 23 de junho de 2022 (“**Resolução CVM 156**”), conciliada com suas demonstrações financeiras.

O EBITDA consiste no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A Margem EBITDA corresponde ao EBITDA dividido pela receita líquida de serviço consolidada da Companhia.

A Companhia utiliza o “EBITDA Ajustado”, que representa uma medição não contábil divulgada pela Companhia e que corresponde ao EBITDA acrescido de itens não operacionais e específicos, de modo a permitir a comparabilidade com os períodos anteriores. Nos exercícios sociais de 2021 e 2022, a Companhia incorreu em despesas pontuais relacionadas ao IPO e M&As (ex. advogados e auditores), baixas de imobilizado e despesas relacionadas ao *Stock Option Plan*.

Adicionalmente, a Margem EBITDA Ajustada é calculada pela divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida de serviços da Companhia.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“**BR GAAP**”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Além disso, essas medidas não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esses mesmos significados de EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada. Nesse sentido, tais medidas divulgadas pela Companhia podem não ser comparáveis aos indicadores preparados por outras sociedades. Seguem abaixo os valores do EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA e da Margem EBITDA Ajustada da Companhia para os períodos indicados:

Em milhares de reais, exceto %	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
EBITDA	325.471	129.368
Margem EBITDA	46%	37%
EBITDA Ajustado	339.943	146.301
Margem EBITDA Ajustado	48%	42%

Dívida Bruta

2.5 Medições não contábeis

A Dívida Bruta da Companhia é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações contábeis que corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e debentures.

A Dívida Bruta não é medida de desempenho, endividamento ou liquidez reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS e não possui um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta de maneira diferente da Companhia.

Dívida Líquida

A Dívida Líquida da Companhia é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações contábeis que corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e debentures, deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

A Dívida Líquida não é medida de desempenho, endividamento ou liquidez reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS e não possui um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente da Companhia.

Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta e da Dívida Líquida em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Em milhares de reais, exceto %	Posição em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Dívida Bruta	881.249	706.127
Dívida Líquida	629.827	251.093

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo demonstra o cálculo do EBITDA a partir do lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA Ajustado por sua vez compreende o valor de EBITDA adicionado à despesas não operacionais descritas no quadro abaixo.

Em milhares de reais, exceto %	Exercício social findo em 31 de dezembro de:	
	2022	2021
Lucro Líquido	54.992	30.668
(+/-) IRPJ/CSSL corrente e diferido	18.696	3.420
(+/-) Resultado financeiro, líquido	145.706	34.652
(+) Depreciação e amortização	106.077	60.628
EBITDA	325.471	129.368
Margem EBITDA	46%	37%
(+) Despesas Não-recorrente de IPO e M&A ⁽¹⁾	9.297	11.449
(+) Baixas de ativos ⁽²⁾		365
(+) Stock Option	5.175	5.120
EBITDA Ajustado	339.943	146.301
Receita Líquida de serviços	710.765	348.926
Margem EBITDA Ajustada	48%	42%
⁽¹⁾ despesas relacionadas a operações de M&A e IPO.		

2.5 Medições não contábeis

⁽²⁾Refere-se ao resultado com a baixas de ativos imobilizados e ativos intangíveis.

A tabela abaixo demonstra o cálculo da Dívida Bruta e da Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Em milhares de reais, exceto %	Posição em 31 de dezembro de	
	2022	2021
(+) Empréstimos e financiamentos	63.609	160.273
(+) Debêntures	817.640	545.854
Dívida Bruta	881.249	706.127
(-)Caixa e equivalentes de caixa	(68.629)	(141.493)
(-) Aplicação financeira	(182.793)	(313.541)
Dívida Líquida	629.827	251.093

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e Margem EBITDA

A Companhia entende que o EBITDA é a medição mais apropriada para a correta compreensão do seu desempenho operacional porque mostra o resultado econômico-financeiro a partir das atividades diretamente ligadas ao seu objeto social e facilita a comparabilidade da sua performance ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar seus resultados e financeiros e outros impactos. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA oferece aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações, sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro. A Margem EBITDA por sua vez, demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado funciona como ferramenta corporativa para mensurar seu desempenho operacional, uma vez que excluimos efeitos não operacionais e pontuais à operação da Companhia no curso normal do negócio. Conforme tabela acima (2.5 b), ajustamos efeitos específicos presentes no resultado da Companhia. A Companhia entende que a Margem EBITDA Ajustada é a medição mais apropriada para apresentar corretamente a sua margem e resultado das suas operações. Demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio, já ajustada de efeitos não operacionais, e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Companhia entende que a Dívida Bruta e a Dívida Líquida são medições que contribuem para a compreensão da condição financeira da Companhia, uma vez que medem o grau de endividamento da Companhia em relação à sua respectiva posição de caixa. Outras empresas podem calcular Dívida Bruta e Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Eventos subsequentes às informações contábeis divulgadas em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

Aquisições da Cilnet Comunicação e Informática Ltda. ("Fasternet") pela controlada direta Desktop Internet Ltda. (anteriormente denominada Starnet Telecomunicações Ltda.) ("Desktop Internet").

Em 17 de janeiro de 2023, a controlada direta Desktop Internet concluiu de forma satisfatória o processo de diligência da empresa Fasternet, no âmbito do processo de aquisição de 70% do seu capital social.

Em 01 de março de 2023, ocorreu o fechamento desta operação.

Aumento de Capital

Em 21 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a homologação parcial do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, para subscrição privada, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 02 de dezembro de 2022. Foram subscritas e integralizadas 27.780.979 novas ações de emissão da Companhia, ao preço de emissão de R\$ 9,00 por ação, totalizando um aporte de R\$ 250.029 mil dos quais R\$ 50.000 mil serão destinados à conta de reserva de capital e o restante à conta de capital social.

Em 28 de março de 2023, conforme deliberação em reunião do Conselho de Administração foi aprovado o aumento de capital mediante a emissão de 154.044 novas ações de emissão da Companhia ao preço de emissão de R\$ 5,48 por ação, fixado de acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de maio de 2021, o Primeiro Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 18 de junho de 2021 e os respectivos contratos de outorga, representando, portanto, um aumento de capital efetivo de R\$ 844 mil.

Nesta mesma data, conforme deliberação em reunião do Conselho de Administração foi aprovado o aumento de capital mediante a emissão de 5.835 novas ações de emissão da Companhia ao preço de emissão de R\$ 6,94 por ação, fixado de acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de maio de 2021, Primeiro Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 18 de junho de 2021 e os respectivos contratos de outorga, representando, portanto, um aumento de capital efetivo de R\$ 40 mil.

Incorporação das controladas indiretas LPNet Serviços de Cobrança Ltda. ("LPNet Serviços"), LPNet Telecomunicações Ltda. ("LPNet Telecomunicações"), Netstyle Comércio de Equipamentos de Informática Ltda. ("Netstyle"), Silva e Silveira Provedor de Internet Ltda. ("Silva e Silveira") e Velus Serviços de Comunicações Ltda. ("Velus") pela controlada direta Desktop Internet Ltda. (anteriormente denominada "Starnet Telecomunicações Ltda.") ("Desktop Internet")

Em 28 de fevereiro de 2023, a controlada direta Desktop Internet realizou a incorporação de suas controladas diretas LPNet Serviços, LPNet Telecomunicações, Netstyle, Silva e Silveira e Velus, de forma a simplificar a estrutura acionária do Grupo e aumentar a eficiência nas operações, especialmente no âmbito financeiro e administrativo, reduzindo custos e gerando sinergias. A incorporação não resultou em aumento de capital na controlada direta Desktop Internet, o qual

2.6 Eventos subsequentes as DFs

permaneceu inalterado, considerando que o investimento que a controlada direta Desktop Internet possuía nas controladas incorporadas foram cancelados e substituídos pelos ativos e passivos de propriedade das controladas. O valor dos acervos patrimoniais incorporados pela controlada direta Desktop Internet foram avaliados em laudos de avaliação contábil na data-base de 31 de janeiro de 2023.

2.7 Destinação de resultados

2.7 - Destinação de resultados

	2022
a. regras sobre retenção de lucros	<p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral da Companhia poderá, por proposta dos órgãos da Administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.</p> <p>Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovada pelo Conselho de Administração. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos aos acionistas.</p> <p>Por fim, o estatuto social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social.</p>
a.i. valores das retenções de lucros	<p>Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2023 (“AGOE”), foi aprovada a seguinte destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022: (i) R\$2.398.949,22 destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R\$2.279.001,76 destinados ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas da Companhia; e (iii) R\$43.301.033,38 destinados ao orçamento de capital.</p>
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	<p>A destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme proposta da administração aprovada pela AGOE, contempla a destinação dos seguintes percentuais em relação ao lucro líquido total: (i) 5% destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) 5% destinados ao pagamento de dividendos mínimo obrigatório; e (iii) 90% destinados ao orçamento de capital.</p>
b. regras sobre distribuição de dividendos	<p>O estatuto social da Companhia prevê que (i) 5% do lucro líquido do exercício social sejam alocados para a reserva legal, que não excederá 20% do capital social, sendo que no exercício social em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 100% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (ii) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, possa ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.; (iii) a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimento deva ser excluída da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório</p>

2.7 Destinação de resultados

	2022
	e destinada para a reserva de incentivos fiscais; (iv) uma parcela não superior à diferença entre 75% do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A. e a reserva de incentivos fiscais possa ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% do capital social da Companhia; (v) o saldo remanescente seja distribuído aos acionistas como dividendos, assegurada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 5% do lucro líquido anual ajustado, na forma do artigo 202 da Lei das S.A.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Anualmente, os acionistas da Companhia terão direito de receber o dividendo mínimo obrigatório. Adicionalmente, o Conselho de Administração está autorizado a declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais. O Conselho de Administração poderá, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	A Lei das Sociedades por Ações permite que suspendamos a distribuição do dividendo mínimo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a nossa condição financeira. O Conselho Fiscal, se estiver em funcionamento, deve emitir seu parecer sobre a recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar à CVM justificativa para a suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita.
e. política de destinação de resultados	Durante o exercício de 2022, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Estatuto Social.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(iii) contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativa ao exercício social encerrado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.10 Planos de negócios

2.10 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos em andamento têm por objetivo assegurar o crescimento sustentável da Companhia no Estado de São Paulo e nos seus Estados adjacentes, estruturando novas áreas que sejam completamente integradas e contínuas a atual operação da Desktop. Os investimentos vem sendo alocados em (i) expansão orgânica, que foi e continuará sendo nossa principal avenida de crescimento, feita de forma seletiva, em regiões contínuas à operação atual; (ii) expansão complementar via crescimento inorgânico, através de aquisições de plataformas que (a) estejam posicionadas em áreas com alto potencial de demanda e dentro do escopo do crescimento orgânico da Companhia, (b) que tenham comprovada capacidade de gerar crescimentos orgânicos futuros à Companhia, (c) que tenham um padrão de qualidade de rede em linha com o os padrões Desktop, possibilitando a efetiva e rápida integração de seus ativos e a captura de ganhos de sinergia expressivos; (iii) investimento em infraestrutura e sistemas que garantam a qualidade do serviço e satisfação dos clientes da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia fez investimentos no montante de R\$ 400 milhões conforme aquisições de imobilizado e intangível destacadas no fluxo de caixa da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o orçamento da Companhia contemplou investimentos em expansão da rede de acesso e *backbone* orgânico da ordem de R\$ 174 milhões, instalação de novos clientes de R\$ 185 milhões; implantação de sistemas, veículos, manutenções e equipamentos diversos (R\$ 80 milhões).

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são financiados principalmente por (i) geração própria de caixa, (i) operações de financiamento via mercados de capitais e empréstimos com bancos comerciais com os quais a Companhia mantém relacionamento, (iii) financiamento dos próprios vendedores, no caso de aquisições de outras empresas ou operações.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia informa que não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Não aplicável, tendo em vista que não há, atualmente, quaisquer oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia estritamente relacionadas a questões ASG.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

A Companhia informa que todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 2 foram descritas nos itens acima.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às nossas atividades, adotamos uma Política de Gerenciamento de Riscos, a qual foi formalmente aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de junho de 2021 e reformada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de julho de 2021 ("Política de Gerenciamento de Riscos") e cuja aplicação é monitorada pelo Comitê de *Compliance* da Companhia, em conjunto com o Comitê de Auditoria.

Além disto, adotamos também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de nossos riscos, tais como Código de Conduta Ética, Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

As nossas políticas e os regimentos internos de nossos órgãos e departamentos podem ser consultados em nosso website de relações com investidores: www.ri.desktop.com.br.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades de negócio da Companhia, de forma a identificar e monitorar os riscos relacionados à Companhia ou seu setor de atuação, além de garantir a permanente aderência da Companhia e suas controladas referente às suas atividades e aos padrões ético e profissionais, que devem ser cumpridos pelos colaboradores e terceiros que, em virtude de suas funções, tenham acesso a informações relevantes sobre a Companhia, seus clientes e estratégias.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Estamos comprometidos com a dinâmica de gerenciamento de todos os riscos descritos nos itens 4.1 deste Formulário de Referência, de forma a preservar e desenvolver nossos valores, ativos, reputação, competitividade e perenidade dos negócios.

Entre os principais riscos para os quais buscamos proteção, encontram-se os seguintes:

- (a) Riscos Estratégicos: são riscos associados com as nossas decisões estratégicas para atingir nossos objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente; além dos riscos relacionados à atuação da concorrência e o risco de imagem, que podem vir a causar danos à nossa reputação, credibilidade ou marca;
- (b) Riscos Operacionais: são riscos que decorrem da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e controle de operações, bem como de falhas no gerenciamento de recursos, nos controles internos, ou fraudes que tornem impróprio o exercício das atividades da Companhia;
- (c) Riscos de Conformidade: são riscos que decorrem da falta de aderência com, ou riscos relacionados ao não cumprimento de normas, leis aplicáveis ao nosso setor de atuação, legislações em geral, sejam nacionais ou internacionais, acordos, regulamentos, estatutos, códigos de conduta e/ou demais políticas;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(d) Riscos Cibernéticos: são riscos relacionados a potencial exposição dos ativos de informação da Companhia a ameaças conhecidas ou desconhecidas associado a ataques cibernéticos, assim compreendidas tentativas de comprometer a confidencialidade, integridade, disponibilidade de dados ou sistemas computacionais;

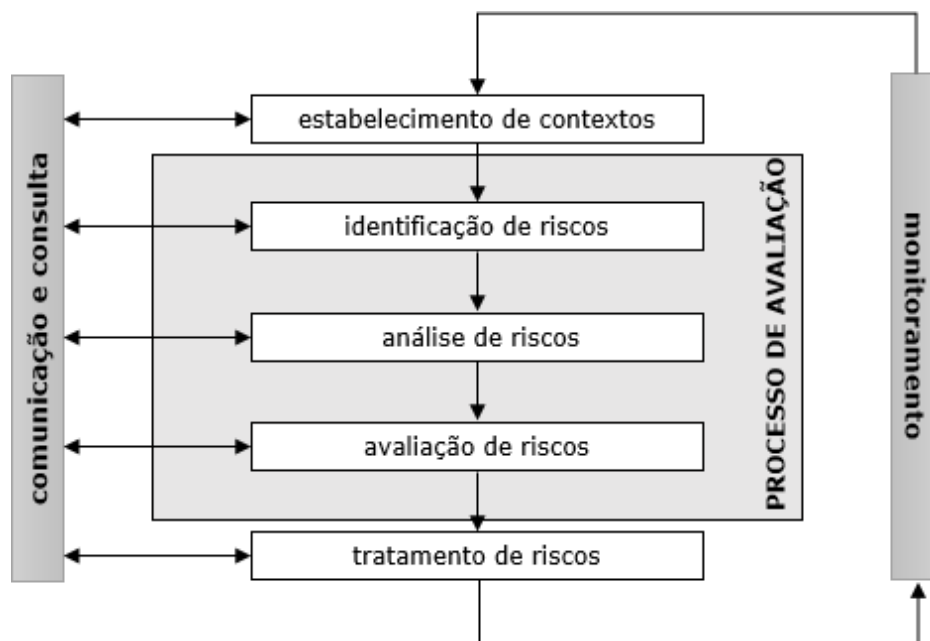
(e) Riscos Financeiros: são riscos associados à exposição das nossas operações financeiras/contábeis e confiabilidade do balanço patrimonial. Podem se materializar em decorrência da não efetividade na administração dos fluxos de caixa visando a maximização e ageração de caixa operacional, retornos das transações financeiras, captação/aplicação de recursos financeiros, possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais e fiscais incompletos, não-exatos ou intempestivos, nos expondo a multas e penalidades;

(f) Riscos de Imagem: são riscos associados a perda de credibilidade e reputação perante os nossos clientes, concorrentes, fornecedores, órgãos governamentais, mercado de atuação ou comunidade, decorrentes de ações, atos e atitudes indevidas e impróprias;

(g) Riscos Socioambientais: são risco de perdas em consequência de efeitos negativos ao meio-ambiente e à sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

O processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia foi elaborado à luz do disposto no "ISO 31000:2009 – Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos":



5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) Comunicação e Consulta:

Durante todo processo de gestão de riscos deverá haver uma comunicação efetiva e consulta interna e externa entre o Comitê de *Compliance* e as Partes Interessadas (incluindo entrevistas/conversas com Colaboradores, Terceiros, entre outros), por meio de um documento formal ou de uma lista de verificação (ex: elaboração de um questionário específico para cada pessoa), para:

- auxiliar a estabelecer o contexto apropriado e assegurar que as visões e percepções das Partes Interessadas, incluindo necessidades, suposições, conceitos e preocupações sejam identificadas, registradas e levadas em consideração;
- auxiliar a assegurar que os riscos sejam identificados e analisados adequadamente, reunindo áreas diferentes de especialização; e
- garantir que todos os envolvidos estejam cientes de seus papéis e responsabilidades, e avaliem e apoiem o tratamento dos riscos.

(b) Estabelecimento do Contexto:

Nesta etapa, o Comitê de *Compliance* entenderá o contexto da Companhia, ou seja, objetivos, ambientes de trabalho (internos e externos), inclusive controles internos existentes, no qual os objetivos são perseguidos, com o fim de obter uma visão abrangente dos fatores que possam influenciar a capacidade da Companhia para atingir os seus objetivos, bem como fornecer parâmetros para a definição de como as atividades subsequentes do processo de gestão de riscos serão conduzidas.

Esta etapa inclui a identificação das Partes Interessadas, bem como a identificação e a apreciação das suas necessidades, expectativas legítimas e preocupações.

(c) Processo de Avaliação de riscos:

Nesta etapa, o Comitê de *Compliance* compreenderá a identificação, análise, classificação, avaliação de riscos, tratamento e o monitoramento dos riscos, conforme detalhados abaixo:

- Identificação dos Riscos: O Comitê de *Compliance* produzirá uma lista de riscos identificados, incluindo causas, fontes e eventos que possam ter um impacto na consecução dos objetivos identificados na etapa de estabelecimento do contexto. Esta identificação de riscos pode se basear em dados históricos, análises teóricas, opiniões de pessoas informadas e especialistas, necessidades das Partes Interessadas.

Portanto, é importante o envolvimento das pessoas com conhecimento adequado e da equipe diretamente responsável pela execução do processo, do projeto ou da atividade que está tendo os riscos identificados.

- Análise e Classificação dos Riscos: A partir da lista de riscos identificados, o Comitê de *Compliance* elaborará um relatório de riscos com o objetivo de compreender a natureza dos riscos e determinar os níveis de riscos para que estes sejam avaliados e devidamente tratados.

O nível do risco deverá ser expresso pela combinação da probabilidade de ocorrência do evento, frente à realidade e as práticas atuais da Companhia, e de suas consequências em termos da magnitude do impacto nos objetivos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Além disto, as análises de riscos poderão usar escalas/classificações de probabilidades de materialização e seu impacto ou consequências às atividades da Companhia, que devem ser elaboradas de forma compatível com o contexto e os objetivos da gestão de riscos da Companhia.

Para elaboração do relatório de riscos, o Comitê de Auditoria deverá considerar as escalas de probabilidades e de impactos a seguir.

▪ Escalas de Probabilidades de Ocorrência:

Chance de ocorrência	Descrição
Muito Baixa	<u>Remoto/Improvável: Evento improvável de ocorrer.</u> Excepcionalmente, até poderá ocorrer, porém no momento da sua classificação, não foram identificadas situações, elementos ou informações concretas que indiquem sua ocorrência em futuro próximo.
Baixa	<u>Rara: Evento raro de ocorrer.</u> O evento poderá ocorrer em algum momento; contudo, caso ocorra, será algo razoavelmente inesperado, existindo poucos elementos ou informações que indiquem tal possibilidade em futuro próximo.
Média	<u>Possível: Evento possível de ocorrer.</u> Existem elementos ou informações que apontam moderadamente essa possibilidade em algum momento de vida da Companhia.
Alta	<u>Provável: Evento provável de ocorrer.</u> É esperado que o evento acabe ocorrendo em algum momento de vida da Companhia (ainda que incerto), pois os elementos e as informações levantadas indicam tal possibilidade.
Muito Alta	<u>Quase/Praticamente Certo: Evento praticamente certo de ocorrer.</u> É inequívoco que o evento ocorrerá em algum momento de vida da Companhia, pois os elementos e informações disponíveis indicam claramente tal possibilidade.

▪ Escala de Magnitude de Impactos/Consequências:

Magnitude de Impacto	Descrição
Muito Baixo	<u>Imaterial/Mínimo:</u> Degradação de operações, atividades, processos, projetos ou programas da organização, causando impactos mínimos no que concerne ao prazo, custo, qualidade, escopo, imagem, relacionamento com cliente ou atendimento de metas, padrões ou capacidade de entrega de produtos/serviços às Partes Interessadas, sejam clientes (internos/externos), ou beneficiários.
Baixo	<u>Pequeno:</u> Degradação de operações, atividades, processos, projetos, programas e/ou negócios da organização, causando impactos baixos nos objetivos financeiros ou o atendimento de metas, sendo, contudo, plenamente mensuráveis e recuperáveis em curto prazo.
Médio	<u>Moderado:</u> Degradação, interrupção ou demais impactos em relação às operações, atividades, processos, projetos, programas e/ou negócios da organização, causando impactos significativos nos objetivos financeiros e metas a curto e/ou médio prazo, porém, sendo recuperáveis em longo prazo.
Alto	<u>Significativo:</u> Degradação, interrupção ou demais impactos em relação às operações, atividades, processos, projetos, programas e/ou negócios da organização, causando impactos de reversão muito difícil e impactando expressivamente os objetivos de curto, médio e longo prazo da organização.
Muito Alto	<u>Substancial/Catastrófico:</u> Total paralisação ou impactos de grande escala em relação às operações, atividades, processos, projetos, programas e/ou negócios da organização, causando impactos irreversíveis e/ou catastróficos capazes de causar a extinção da organização.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Avaliação de Riscos: Após a conclusão do relatório de riscos, o Comitê de *Compliance* deverá apresentar os resultados encontrados à Diretoria, para que esta possa avaliar os riscos e decidir qual tratamento será dado aos Riscos identificados, bem como se dará a implementação do tratamento em questão.

A finalidade da avaliação de riscos é auxiliar na tomada de decisões com base nos resultados da análise de riscos, sobre quais Riscos necessitam de tratamento e a prioridade para a implementação do referido tratamento.

A situação que a Companhia está disposta a enfrentar para implementar suas estratégias comerciais, atingir seus objetivos financeiros e agregar valor para seus acionistas/Partes Interessadas é chamada de “apetite ao risco”, e o nível de variação aceitável no desempenho em relação à meta para o cumprimento de um objetivo específico é chamado de “tolerância ao risco”.

Desta forma, as seguintes diretrizes podem ser usadas pela Companhia para priorização e tratamento de riscos:

Nível de Risco	Critérios para Priorização e Tratamento de Riscos
RE (Risco Extremo)	Nível de risco muito além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado à governança e alta administração e ter uma resposta imediata. Postergação de medidas só com autorização do dirigente máximo.
RA (Risco Alto)	Nível de risco além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado à alta administração e ter uma ação tomada em período determinado. Postergação de medidas só com autorização do dirigente de área.
RM (Risco Médio)	Nível de risco dentro do apetite a risco. Geralmente nenhuma medida especial é necessária, porém requer atividades de monitoramento específicas e atenção da gerência na manutenção de respostas e controles para manter o risco nesse nível, ou reduzi-lo sem custos adicionais.
RB (Risco Baixo)	Nível de risco dentro do apetite a risco, mas é possível que existam oportunidades de maior retorno que podem ser exploradas assumindo-se mais riscos, avaliando a relação custos x benefícios, como diminuir o nível de controles.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Tratamento de Riscos:** Apresentados os resultados para a Diretoria e decidido o tratamento que será dado aos riscos identificados, será instituído um grupo de trabalho envolvendo o Comitê de *Compliance* e as Partes Interessadas para desenhar o plano de ação e implementar o tratamento.

Esta etapa envolve a seleção de uma ou mais opções para modificar o nível do risco (a probabilidade ou o impacto) e a elaboração de planos de tratamento que, uma vez implementados, implicarão a introdução de novos controles ou a modificação dos existentes. A partir da definição dos critérios-macro de *apetite e tolerância aos riscos*, o grupo de trabalho deverá apresentar planos de ação com medidas adequadas para fins de eliminação ou mitigação dos riscos identificados anualmente, salvo se definido de maneira distinta no plano de ação, priorizando os esforços humanos e orçamentários aos riscos de maior impacto e/ou chance de materialização.

Tais planos de ação deverão contar com a recomendação do Comitê Auditoria para a aprovação formal do Conselho de Administração, e o acompanhamento periódico da sua execução pelo Comitê de *Compliance*.

- **Monitoramento dos Riscos:** O monitoramento e a análise crítica da gestão de riscos pelo Comitê de Auditoria é uma das etapas mais importantes do processo de gestão de riscos. Seus objetivos são:
 - garantir a atualização da forma de classificação e priorização dos riscos já identificados;
 - verificar o surgimento de novas categorias de riscos;
 - verificar o nível de implementação dos planos de mitigação;
 - detectar mudanças no contexto externo e interno, incluindo alterações nos critérios de risco e no próprio risco, que podem requerer revisão dos tratamentos atualmente adotados e suas prioridades, e levar à identificação de riscos emergentes; e
 - obter informações adicionais para melhorar a política, a estrutura e o processo de gestão de riscos;
 - verificar periodicamente se os controles internos continuam eficazes e eficientes; e
 - verificar se as diretrizes estabelecidas pelas políticas e procedimentos internos estão sendo cumpridas.

Para auxiliar nesta etapa, poderá ser realizada auditoria externa/independente.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Nosso gerenciamento de riscos é realizado por uma estrutura formada por diferentes órgãos, com as seguintes competências:

- (a) **Conselho de Administração:** É o órgão responsável por aprovar as políticas, diretrizes, Matriz/Modelagem de risco, limites de exposição e impactos conforme apresentado pela Diretoria e recomendado pelo Comitê de Auditoria; fornecer à Diretoria, quando necessário, sua percepção do grau de exposição a riscos que a Companhia está exposta (visão do acionista) e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados; avaliar, quando necessário, mudanças nos limites de exposição de riscos que tenham sido aprovados pela Diretoria; e avaliar, por meio do Comitê de Auditoria, a adequação da estrutura operacional e de controles internos para o gerenciamento de riscos anualmente.
- (b) **Diretoria Estatutária:** É o órgão responsável por desenhar as diretrizes, Matriz/Modelagem de risco, determinando os limites de exposição, impactos, e a tolerância

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

de exposição aos riscos; definir a estrutura para o sistema de gerenciamento de riscos dentro da Companhia; definir, em conjunto com o Comitê de *Compliance*, os planos de ação para mitigação dos riscos; supervisionar o processo de avaliação de riscos e monitorar a evolução da exposição aos riscos e os sistemas de gerenciamento de risco; e, ainda, disseminar a cultura da gestão de risco em toda Companhia.

(c) Comitê de Auditoria: O órgão foi aprovado pelo Conselho de Administração e implementado em 13 de maio de 2021, e é responsável pela supervisão da gestão de riscos da Companhia, sendo responsável por opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia; avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; acompanhar as atividades da auditoria interna e do Comitê de *Compliance* da Companhia; avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; reportar periodicamente as suas atividades ao Conselho de Administração; avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas, bem como possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(d) Comitê de Compliance: O órgão foi aprovado pelo Conselho de Administração e implementado em 22 de junho de 2021 e é responsável por supervisionar a adoção das rotinas internas e iniciativas a fim de evitar, detectar e/ou remediar possíveis riscos envolvendo as atividades da Companhia; fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda; fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de riscos; apresentar percepção quanto à exposição ao risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado; propor limites para exposição aos riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao risco; supervisionar o processo de avaliação de riscos em conjunto com a Diretoria e assegurar o monitoramento constante de riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre os riscos emergentes; acompanhar a Diretoria na implantação desta Política por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas; avaliar os riscos associados a certos projetos estratégicos, parcerias ou transações de fusões e aquisições; cumprir os limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração; comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos; propor treinamentos para as áreas envolvidas sobre metodologia, conceitos e cultura de gestão de risco; e definir procedimentos para monitoramento de terceiros.

(e) Funcionários Especificamente Designados: A Companhia deverá designar funcionários para a exercer funções de *compliance*, controles internos e riscos corporativos, sendo vedada a acumulação com atividades operacionais. Tais funcionários, no exercício destas funções específicas, responderão diretamente ao Comitê de Auditoria. Serão responsáveis por realizar testes de aderência às políticas da Companhia; dar suporte ao Comitê de Auditoria e ao Comitê de *Compliance*; e desenvolver as demais atividades que venham a ser determinadas por tais Comitês.

(f) Gestores das Áreas de Negócio: Responsáveis por identificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de negócio e processos de acordo com os Limites de Riscos; comunicar, tempestivamente, à área responsável por controles internos da Companhia, conforme as definições do Comitê de Auditoria e contando com o auxílio de gestores de diferentes departamentos (a depender da área envolvida); implementar e acompanhar os planos de ação para mitigação de Riscos e acompanhar as ações corretivas nas respectivas áreas e processos.

(g) Área de Auditoria Interna: A Área foi aprovada pelo Conselho de Administração em 13 de maio de 2021 e implementada com a indicação de responsável pelo setor, responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração e à Diretoria, quando necessário; fornecer, quando solicitado, informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de riscos; apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado; e propor limites para exposição aos riscos à Diretoria.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Nossa administração, por meio do Conselho de Administração e Diretoria, e diversos órgãos, em especial a Área de Auditoria Interna, monitoram e avaliam, por meios que consideramos adequados, se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos. Além disto, a estrutura e orçamento destinados à Área de Auditoria Interna foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração, realizada em 13 de maio de 2021, como sendo suficientes para o desempenho de suas competências.

Em vista de nosso porte, riscos correspondentes e volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo, entendemos que nossa estrutura operacional atual para verificação da efetividade de nossas atividades de gerenciamento de riscos é adequada.

Por fim, entendemos que a estrutura operacional e de controle internos é adequada para verificar a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e sempre que necessário, sendo que, no mínimo, uma vez ao ano, revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementa e mantém práticas e sistemas de controles internos que buscam fornecer aos seus acionistas maior segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações financeiras e demais informações financeiras.

Os processos e sistemas de controles internos que a Companhia adota baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de seus objetivos. Para isso, seu processo consiste basicamente em avaliar periodicamente o potencial de impacto e probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco que a Companhia está disposta a incorrer na busca por retorno e geração de valor. Os processos relacionados com a gestão de riscos de *compliance* da Companhia encontram-se detalhados na Seção 5.4.

A Companhia entende que a estrutura operacional e de controles internos é adequada para verificar a efetividade do gerenciamento dos riscos de mercado e sempre que necessário a Companhia revisará os códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Participam das práticas de controles internos da Companhia: o (a) Comitê de Auditoria, (b) o Comitê de *Compliance*, e (c) a Auditoria Interna.

Comitê de Auditoria

A Companhia instalou, em 13 de maio de 2021, um Comitê de Auditoria de caráter-não estatutário e permanente, que reporta ao Conselho de Administração, que terá como principais atribuições:

- (i) zelar pelos legítimos interesses da Companhia, no âmbito de suas atribuições;
- (ii) avaliar, acompanhar e assegurar a adoção das melhores práticas de governança corporativa e coordenar o processo de implementação e manutenção de tais práticas, propondo alterações e atualizações quando necessário;
- (iii) propor ao Conselho de Administração a indicação dos auditores independentes, bem como a substituição de tais auditores independentes, e opinar sobre a contratação do auditor independente para qualquer outro serviço;
- (iv) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (a) a sua independência; (b) a qualidade dos serviços prestados; e (c) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- (v) supervisionar a implementação de iniciativas de auditoria interna, a instalação e as atividades da auditoria interna da Companhia e de suas controladas, se e quando instaladas, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna e independente, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las;

5.2 Descrição dos controles internos

- (vi) supervisionar as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas;
- (vii) assessorar o Conselho de Administração no processo de supervisão da elaboração do orçamento anual, bem como das demonstrações financeiras da Companhia e demais relatórios exigidos por lei, a fim de assegurar que tais demonstrações e relatórios cumpram os requisitos legais aplicáveis;
- (viii) revisar previamente à sua divulgação e monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, intermediárias e anuais da Companhia e de suas controladas, bem como documentos correlatos, incluindo as divulgações constantes do relatório da administração da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;
- (ix) supervisionar as atividades da área de controles internos da Companhia e de suas controladas, bem como monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia e de suas controladas, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias;
- (x) avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles e de gerenciamento de riscos, abrangendo riscos legais, regulatórios, tributários e trabalhistas;
- (xi) manifestar-se, previamente ao Conselho de Administração, a respeito do relatório anual sobre o sistema de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia;
- (xii) opinar, exclusivamente quando solicitado pelo Conselho de Administração, sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral e/ou à administração, conforme o caso, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão e investimentos e desinvestimentos relevantes relativos à Companhia;
- (xiii) auxiliar o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e de seus potenciais reflexos na posição financeira da Companhia, bem como na elaboração de cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e riscos e na definição de estratégias a serem adotadas pela Companhia no que tange à sua política financeira e de investimentos;
- (xiv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimento relacionados com as despesas e investimentos realizados em nome da Companhia;
- (xv) avaliar, monitorar e recomendar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna da Companhia, a adequação, correção e aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo, mas não se limitando à Política de Transações com Partes Relacionadas realizada pela Companhia e suas respectivas evidenciações;
- (xvi) verificar o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas manifestações, inclusive no que se refere ao planejamento dos trabalhos de auditoria;

5.2 Descrição dos controles internos

- (xvii) avaliar a observância, pela Diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelas auditorias independente e interna, bem como se pronunciar junto ao Conselho de Administração quanto a eventuais conflitos entre a auditoria interna, a externa e/ ou a Diretoria da Companhia;
- (xviii) reunir-se com os demais comitês, comissões (caso existentes) e com o Conselho de Administração da Companhia, para discutir políticas, práticas e procedimentos financeiros e de investimento, auditoria e *compliance*, identificados no âmbito das suas respectivas competências;
- (xix) examinar, discutir e formular recomendações ao Conselho de Administração quanto à política financeira e de investimento proposta pela Diretoria da Companhia, incluindo, mas não se limitando, aplicações e operações financeiras, investimentos financeiros, captação e gestão de caixa e de riscos financeiros, bem como acompanhar sua implantação;
- (xx) acompanhar a implantação de políticas de *compliance* aprovada pelo Conselho de Administração, a fim de assegurar que estão sendo atendidas as orientações definidas;
- (xxi) observar as políticas da Companhia quando recebidas denúncias pelos canais de comunicação da Companhia e/ou outros sinais de alerta existentes e supervisionar a adoção de medidas, com foco na prevenção, detecção e resposta a eventuais violações existentes, recomendando a aplicação das medidas pertinentes em casos constatados de infrações;
- (xxii) analisar previamente todo e qualquer contrato (i) envolvendo a Companhia e/ou suas controladas relativos à prestação de serviços de consultoria, assessoria e/ou atividades similares por terceiros e que os Administradores julguem necessário; e/ou (ii) envolvendo a Companhia e/ou suas controladas, de um lado, e qualquer Parte Relacionada da Companhia (nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse), de suas controladas, dos acionistas da Companhia e/ou dos administradores, conforme o caso, podendo emitir pareceres aos órgãos estatutários competentes;
- (xxiii) monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas, dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- (xxiv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (i) a remuneração da administração; (ii) a utilização de ativos da Companhia; e (iii) as despesas incorridas em nome da Companhia;
- (xxv) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) as atividades exercidas no período, os resultados e conclusões alcançados; (ii) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia; (iii) a descrição das recomendações apresentadas à administração da Companhia e as evidências de sua implementação; (iv) a avaliação da efetividade das auditorias independente e interna; (v) a avaliação da qualidade dos relatórios financeiros, de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos referentes ao período; e (vi) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia;

5.2 Descrição dos controles internos

(xxvi) acompanhar a implantação da política financeira aprovada pelo Conselho de Administração, a fim de assegurar que estão sendo atendidas as orientações definidas; e

(xxvii) sugerir alterações ao Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

Comitê de Compliance

A Companhia criou, em 13 de maio de 2021, um Comitê de *Compliance* de caráter não-estatutário e permanente, que reportará ao Conselho de Administração. Em 22 de junho de 2021, o Conselho de Administração aprovou o Regimento Interno e, em 16 de maio de 2022 a eleição dos atuais membros do Comitê de *Compliance*.

Auditoria Interna

A Companhia instalou, em 13 de maio de 2021, uma Auditoria Interna que reporta ao Conselho de Administração, que terá como principais atribuições:

- (i) elaborar o regimento interno disciplinador das regras operacionais para o seu funcionamento, submetendo-o, bem como as respectivas alterações, à aprovação do Conselho de Administração;
- (ii) propor ao Conselho de Administração a indicação dos auditores independentes, bem como a substituição ou destituição de tais auditores independentes, e opinar sobre a contratação do auditor independente para qualquer outro serviço;
- (iii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade de serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- (iv) supervisionar as atividades da auditoria interna da Companhia e de suas controladas, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna e independente, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las;
- (v) supervisionar as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas;
- (vi) supervisionar as atividades da área de controles internos da Companhia e de suas controladas;
- (vii) avaliar e monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, das demonstrações financeiras intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;
- (viii) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia e de suas controladas, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias;
- (ix) avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles e de gerenciamento de riscos, abrangendo riscos legais e normativos em quaisquer esferas judiciais ou administrativas;

5.2 Descrição dos controles internos

- (x) manifestar-se, previamente ao Conselho de Administração, a respeito do relatório anual sobre o sistema de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia;
- (xi) opinar, a pedido do Conselho de Administração, sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- (xii) monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- (xiii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (i) a remuneração da administração; (ii) a utilização de ativos da Companhia; e (iii) as despesas incorridas em nome da Companhia;
- (xiv) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna da Companhia, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;
- (xv) verificar o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas manifestações, inclusive no que se refere ao planejamento dos trabalhos de auditoria;
- (xvi) avaliar a observância, pela Diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelas auditorias independente e interna, bem como se pronunciar junto ao Conselho de Administração quanto a eventuais conflitos entre a auditoria interna, a externa e/ ou a Diretoria da Companhia;
- (xvii) reunir-se com os diversos Comitês, Comissões e com o Conselho de Administração, para discutir políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;
- (xviii) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) as atividades exercidas no período, os resultados e conclusões alcançados; (ii) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia; (iii) a descrição das recomendações apresentadas à administração da Companhia e as evidências de sua implementação; (iv) a avaliação da efetividade das auditorias independente e interna; (v) a avaliação da qualidade dos relatórios financeiros, de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos referentes ao período; e (vi) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; e
- (xix) opinar sobre matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes.

5.2 Descrição dos controles internos

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Comitê de Auditoria, na qualidade de órgão colegiado, será responsável por realizar, no mínimo anualmente, a autoavaliação de suas atividades e identificar possibilidade de melhorias na forma de sua atuação, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

Ademais, a supervisão da eficiência dos controles internos é de responsabilidade do Comitê de Compliance.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Durante a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, os auditores independentes consideram os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Os auditores independentes da Companhia obtiveram entendimento dos controles internos relevantes e conduziram procedimentos apropriados às circunstâncias em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, oportunidade em que identificaram os assuntos descritos abaixo, tendo-os classificado como deficiências significativas, bem como feito as recomendações que seguem na tabela a seguir:

Assunto	Descrição da deficiência e recomendação dos auditores
Ambiente geral de controles de tecnologia da informação	<p>No que tange aos sistemas de tecnologia da informação relevantes para mensuração e registro das principais rubricas das demonstrações financeiras, foi identificado que a Companhia não possui políticas e procedimentos formalizados para os controles gerais de TI, especificamente com relação aos seguintes principais aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Gestão e controles de mudanças nos sistemas - mudanças são aplicadas diretamente em produção e pela equipe de desenvolvimento sem um protocolo definido de segregação de funções nas atividades; 2) Controle de acesso aos sistemas e definição de perfis por tipo de usuário, incluindo delegação de autoridade de aprovação; 3) Gestão e controle de uso dos super usuários com acesso ao sistema MEGA utilizados pelas áreas de negócios; e 4) Gestão de riscos cibernéticos (cybersecurity) internos e externos. <p>Recomendou-se à Administração que a Companhia obtenha um plano de implementação de políticas e procedimentos de controles gerais de tecnologia da informação, seguindo benchmarks de boas práticas corporativas e determine/formalize um plano de formalização das políticas apropriadas ao ambiente corporativo e de negócios e determine um plano de implementação.</p>

5.2 Descrição dos controles internos

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Assunto	Comentários dos Diretores
Ambiente geral de controles de tecnologia da informação	<p>1) <i>Gestão e controles de mudanças nos sistemas - mudanças são aplicadas diretamente em produção e pela equipe de desenvolvimento sem um protocolo definido de segregação de funções nas atividades.</i></p> <p>Nosso desafio é manter a flexibilidade como valor fundamental, permitindo a manutenção do modelo corporativo que tem acelerado nosso crescimento, sem com isso renunciar aos controles necessários para manter nosso negócio sustentável.</p> <p>Para criar controles sem abrir mão da nossa capacidade de adaptar-nos rapidamente às necessidades de nossos Clientes, Acionistas e Funcionários, lançamos o projeto Governança Digital, que irá habilitar novos controles sobre mudanças em nossos sistemas, mas também irá promover a adoção de práticas Ágeis em nossa organização e acelerar o uso de novas tecnologias e inovação, utilizando técnicas DevSecOps como pilar fundamental para a automação, controle e velocidade do nosso processo de desenvolvimento.</p> <p>Nosso projeto de Governança Digital já foi iniciado e nosso plano prevê iniciar a captura dos benefícios em controle, eficiências e agilidade a partir do 4ºQ de 2021.</p> <p>2) <i>Controle de acesso aos sistemas e definição de perfis por tipo de usuário, incluindo delegação de autoridade de aprovação.</i></p> <p>Os controles de acesso às informações e dados são essenciais para o nosso crescimento, mantendo as garantias de proteção aos dados dos nossos Clientes e do nosso negócio.</p> <p>Nesse sentido a Desktop tem em andamento um projeto, que se encontra na etapa final do detalhamento de escopo, cujo objetivo é contratar um sistema para gerenciar usuários, permissões, acessos e autorizar ações de ativação e desativação em nossos sistemas.</p> <p>Este escopo está sendo criado a partir de uma política de gestão de acessos apoiada pela consultoria PG Advogados, para liberar, auditar e revogar o acesso de usuários bem como estabelecer as regras relacionadas à delegação de permissões em nossas plataformas e sistemas. Esta etapa será concluída até o final do 2º Q 2021.</p> <p>Concluída a etapa acima, com a definição da política de gestão de acessos e escopo detalhado, a Desktop dará início ao processo de aquisição do sistema, visando automatizar a gestão e os controles de acesso à nossos sistemas até o final do 4ºQ 2021.</p> <p>3) <i>Gestão e controle de uso dos super usuários com acesso ao sistema MEGA utilizados pelas áreas de negócios.</i></p> <p>Tais vulnerabilidades relacionadas a acessos de super usuários estão associadas a limitações na Plataforma MEGA. Neste caso em específico o Projeto ERP SAP irá solucionar esta vulnerabilidade. Este projeto foi contratado em abril/2021 e está em fase de execução, tendo como principais marcos:</p>

5.2 Descrição dos controles internos

	<p>O início da Operação Assistida em outubro/2021</p> <p>Roll Out Massivo em janeiro/2022.</p> <p>O rollout acima habilita de imediato a desativação do sistema MEGA e solução definitiva das vulnerabilidades identificadas.</p> <p>Como Workaround, iremos implementar processos de controles internos para:</p> <p>Revisar os perfis/permisões no sistema (MEGA), mantendo somente para os profissionais autorizados;</p> <p>Trava no sistema após cada fechamento contábil;</p> <p>Formulário para entender a necessidade de qualquer transação e aprovação de tais lançamentos;</p> <p>Abertura dos ajustes e/ou reclassificações, somente com autorização e liberação pelo Gerente da Controladoria.</p> <p><i>4) Gestão de riscos cibernéticos (cybersecurity) internos e externos.</i></p> <p>A Desktop contratou a consultoria norte americana AON Cyber Solutions para avaliar todos os processos, procedimentos e infraestrutura da empresa, com o objetivo de identificar e propor soluções de mitigação a todo e qualquer risco de segurança que represente ameaça ao nosso negócio.</p> <p>A AON Cyber Solutions, através da subsidiária Stroz&Friedberg, concluiu e entregou relatório específico no 1ºQ de 2021, listando todos os potenciais pontos de vulnerabilidades e as respectivas propostas de mitigação dos riscos de segurança e cibernéticos. Este primeiro relatório teve um score de 1.4 numa escala de 4, baseado no framework aplicado para mensurar a maturidade e o apetite da companhia por riscos cibernéticos.</p> <p>Após a proposição da consultoria AON, a Desktop um programa de revisão dos riscos cibernéticos foi desenvolvido a fim de eliminar ou mitigar os principais riscos voltados a segurança cibernética. Os principais habilitadores foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ativação do site disaster recovery e alta disponibilidade em nov/2022. • Aquisição e implementação de firewall nova geração com os recursos de IDS, IPS e WAF. Também incluso no projeto acesso VPN com MFA em ago/2022. • Implementação de novo sistema de backup em jul/2022. • Contratação de serviço de treinamento e conscientização de cibersegurança em Fev/2023. • Nova estrutura de Virtualização com alta disponibilidade em implantada em jun/2022. • Padronização e modernização dos ambientes de TI mar/2023. • Monitoração preemptiva de eventos de tecnologia nov/2022. • Aquisição de implantação de novo cluster de banco de dados em abr/2023. • Ativação de MFA em todos os serviços SAS em jun/2022. • Indicação de um Security Leader em abr/2022. • Bloqueio total de drives externos em abr/2022. • Ativação de política de troca de senhas e complexidade aumentada em jun/2022. • Desenvolvido inventário completo de hardware e software da companhia. Dez/2022. <p>Em 2023 serão adquiridos e implantados os respectivos projetos e serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PAM (Cofre de senha)
--	--

5.2 Descrição dos controles internos

	<ul style="list-style-type: none">• SOC (Security Operation Center) como MSS• IAM (Gestão de Identidades)• Pentest interno e externo por consultoria de terceira parte.• Revisão das políticas de segurança, Disaster Recovery e Continuidade de Negócio. <p>A companhia recebeu propostas para o seguro cibernético e está avaliando a contratação do serviço ainda em 2023.</p> <p>Todas as melhorias descritas elevaram o nível de maturidade da companhia para 2.0 (numa escala de 4) na última avaliação realizada pela consultoria AON o que demonstra que todos os esforços para manter os ambientes de tecnologia seguros estão sendo feitos e avaliados por uma consultoria independente com intuito de garantir aderência ao programa de revisão de cibersegurança.</p>
--	--

5.3 Programa de integridade

5.3 - Programa de integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Possuímos um sistema de controles internos para monitorar nossos processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à gestão de riscos e de conformidade (*compliance*), que entendemos adequado ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

Tal sistema de controles internos está em constante aperfeiçoamento e é composto por diversos princípios, procedimentos e práticas efetivamente implementadas, dentre as quais destacam-se aquelas descritas em nossos Manual de *Compliance*, Código de Conduta Ética e demais políticas relacionadas.

Temos como objetivo fomentar e consolidar uma cultura organizacional ética e sustentável na Companhia. A conduta ética faz parte do negócio da Companhia e deve guiar todos os colaboradores e terceiros que se relacionarem com a Companhia e/ou com as demais empresas que integram o grupo econômico da Companhia.

O nosso Código de Conduta Ética reflete o compromisso da Companhia de conduzir seus negócios de acordo com os mais elevados padrões de honestidade, integridade e respeito às pessoas e demonstrar aos clientes, investidores, parceiros comerciais e servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, bem como os detentores de mandato eletivo, que sua confiança na Companhia é justificada.

A Companhia não tolera práticas ilegais de qualquer natureza, incluindo corrupção por meio de pagamento de suborno ou propinas, o que resultará em medidas disciplinares energéticas que podem se estender até a demissão e/ou denúncia à órgãos competentes, nos termos da legislação em vigor. Qualquer violação ou descumprimento das disposições do Código de Conduta Ética são tratadas de acordo com as medidas consideradas adequadas, em razão da gravidade e extensão dos fatos a serem analisados.

Nosso Código de Conduta Ética também contém regras sobre relacionamentos pessoais, situações de conflitos de interesse, segurança da informação e confidencialidade, uso de computadores, segurança do trabalho e bem-estar, brindes e cortesias, transparência e divulgação, além de dispositivos sobre relacionamento com clientes, terceiros e agentes do poder público.

Adicionalmente, também possuímos um Manual de Compliance que visa garantir a permanente aderência da Companhia referente à sua atividade e aos padrões éticos e profissionais, e deve ser cumprido pelos colaboradores e terceiros, que em virtude de suas funções tenham acesso a informações relevantes sobre a Companhia, seus clientes e estratégias.

Todos os documentos mencionados acima podem ser consultados em nosso website de relações com investidores: www.ri.desktop.com.br.

5.3 Programa de integridade

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Para o monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos interno de integridade, contamos com o nosso Comitê de Auditoria e o nosso Comitê de *Compliance*, aprovados em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 13 de maio de 2021 e 22 de junho de 2021, bem como com o nosso Canal de Denúncias.

O Comitê de Auditoria é o órgão responsável por supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros e políticas de investimento, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores internos e dos auditores externos. Gerido por um regimento interno, o Comitê de Auditoria é composto por três membros.

O Comitê de *Compliance* tem total autonomia para executar suas funções e tem a atribuição de fornecer consultorias frente a questões específicas de *compliance* e controles internos, bem como, fomentar discussões de temas pertinentes, analisar casos/situações excepcionais e definir as ações a serem tomadas.

Além disso, temos em funcionamento o Canal de Denúncias, por meio do qual podem ser realizadas denúncias de todo e qualquer indício de comportamento incompatível com o nosso Código de Conduta Ética, situações que envolvam suspeitas de fraudes, corrupção, desvios éticos de condutas, atos ilícitos, entre outros.

O Canal de Denúncias também pode ser utilizado em casos de dúvidas sobre o Código de Conduta Ética.

Entendemos que nossos mecanismos e procedimentos internos de integridade são eficientes e adequados ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes de governo.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

• *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*

Nosso Código de Conduta Ética é aplicável a todos os nossos Colaboradores, bem como a todos os Terceiros que se relacionam direta ou indiretamente com a Companhia, independentemente do nível hierárquico, da função e do cargo exercidos e da localidade em que se encontram. Para fins do nosso Código de Conduta Ética são considerados: (i) Colaboradores: qualquer sócio, acionista, administrador, conselheiro, diretor, executivo, empregado/funcionário (celetista ou não), aprendiz, estagiário, membros de comitês, colaborador, assessor, procurador ou agente da Companhia ou de suas afiliadas; e (ii) Terceiros: toda e qualquer pessoa física ou jurídica não pertencente à Companhia, que atue, direta ou indiretamente, de qualquer forma, em nome da Companhia ou de qualquer Afiliada, incluindo, mas não se limitando a prestadores de serviço, parceiros de negócio, consultores, distribuidores, representantes, representantes comerciais, mandatários, procuradores, fornecedores, despachantes.

A aplicação do Código de Conduta Ética conta com total apoio e engajamento do Conselho de Administração, Diretoria e acionistas da Companhia.

5.3 Programa de integridade

- *se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema*

A Companhia mantém um cronograma periódico de treinamentos em relação a todas as suas políticas com o intuito de conscientizar todos os seus empregados sobre as diretrizes do Código de Conduta Ética, conforme os cargos ocupados e as funções desempenhadas por cada empregado, de forma a disseminar e perpetuar os princípios e valores éticos adotados pela Companhia.

- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

Qualquer violação ou descumprimento das disposições do Código de Conduta Ética é tratada, de acordo as medidas consideradas adequadas, em razão da gravidade e extensão dos fatos a serem analisados. Caso venha a ser comprovada, após o devido tratamento, a ocorrência de uma violação às disposições do Código de Conduta Ética, o(s) colaborador(es) ou terceiros receberá(ão) as penalidades aplicáveis, de acordo com a gravidade e o efetivo envolvimento, que poderá variar desde simples advertência até o desligamento do Colaborador (ou rescisão de contrato com Terceiro, se for o caso), sem prejuízo de aplicação das medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis e demais consequências previstas em leis e/ou contratos.

- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

O Código de Conduta Ética foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de junho de 2021 e pode ser consultado no nosso website: www.ri.desktop.com.br.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Possuímos canal para acolher denúncias caso haja suspeita de uma possível violação a uma lei, a um regulamento ou a um padrão ético da Companhia.

- *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*

O canal de denúncias é externo, sendo endereçadas as denúncias para o Comitê de *Compliance* em caráter confidencial, segura, sigilosa, exceto nas situações em que tenhamos obrigação legal de informar aos órgãos e autoridades governamentais e, se do interesse do denunciante, de forma anônima. O Comitê de *Compliance* da Companhia dará sequência à avaliação inicial, à apuração das denúncias, e à definição das tratativas do caso, e comunicará os membros do Comitê de Auditoria no tempo e modo necessários. Suspeitas de violação ao disposto no Código de Conduta Ética e nas Políticas Internas devem ser comunicadas por meio dos Canais de Comunicação disponíveis.

- *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*

O acesso ao canal de denúncias é gratuito e pode ser utilizado tanto por nossos colaboradores quanto por terceiros, como possíveis fornecedores, parceiros, prestadores de serviço, representantes comerciais e clientes através do site <https://canaldedenuncia.com.br/desktop>

- *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé*

É estritamente proibido qualquer ato de retaliação, sanção ou constrangimento a qualquer colaborador ou terceiro que expresse preocupações, reporte situações ou procure aconselhamento com relação a dúvidas e/ou possíveis violações às disposições do Código de Conduta Ética e das Políticas Internas. A Companhia adotará as medidas que entender adequadas caso um colaborador ou terceiro,

5.3 Programa de integridade

independentemente da função e cargo exercidos, exerça medida de retaliação sobre outro que, com honestidade e boa-fé, tenha reportado uma possível violação, ainda que posteriormente a suspeita de violação não se confirme.

- *órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias*

Eventuais investigações a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações ao Código de Conduta Ética deverão ser realizadas pelo nosso Comitê de *Compliance*, cujas atribuições, bem como tratamento de apuração de denúncias, estão descritas em nosso Código de Conduta Ética. Dependendo da complexidade da alegação, pode ser recomendada pelo Comitê de *Compliance* a contratação de serviços especializados para avaliar a veracidade dos fatos relatados na denúncia e levantar documentos comprobatórios aplicáveis. O resultado da investigação será apresentado ao Conselho de Administração para a tomada das decisões aplicáveis e o resultado das apurações reportado ao Comitê de Auditoria.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não aplicável, posto que não há casos registrados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A companhia possui políticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia, tampouco alterações na política de gerenciamento de riscos, no último exercício social.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Outras informações relevantes

I. De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de junho de 2021 e reformada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de julho de 2021 os riscos de mercado, tal qual os demais riscos gerenciados por tal Política, são monitorados, classificados e relatados à Administração da Companhia, que buscará as ações adequadas para sua mitigação/eliminação.

(a) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia visa a estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos. O gerenciamento de riscos da Companhia é composto por 4 (quatro) etapas: (i) comunicação e consulta; (ii) estabelecimento do contexto; (iii) processo de avaliação de riscos; e (iv) tratamento.

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos para os quais buscamos proteção, incluindo riscos de mercado, estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual estamos expostos e que possa impactar negativamente o alcance de nossos objetivos e de geração de valor conforme nosso plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item 4.1 deste Formulário de Referência, quais sejam: risco de câmbio e risco de taxa de juros.

Com relação aos riscos de mercado, são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

Outro risco de mercado está relacionado à elevação das taxas de juros, que podem impactar não somente o custo de captação de novos empréstimos pela Companhia, como também o custo de seu endividamento atual, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não possui uma política formal de contratação de instrumentos financeiros derivativos, mas podemos utilizar derivativos, dentro dos limites aprovados pela nossa Administração, com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia pode operar instrumentos financeiros com objetivo de proteção patrimonial, se necessário.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia não possui parâmetros formais para o gerenciamento dos riscos aos quais está exposta, pois entende que a baixa complexidade de tais riscos permite seu adequado gerenciamento sem uma formalização de critérios objetivos específicos. Não obstante, a companhia realiza um acompanhamento periódico de sua estrutura patrimonial, considerando, entre outros fatores, o índice de estrutura patrimonial (passivo circulante acrescido do passivo não circulante, dividido pelo ativo total) e o índice de endividamento (passivo circulante acrescido do passivo não circulante, dividido pelo patrimônio líquido), a fim de antecipar-se a quaisquer alterações relevantes ou riscos.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos especulativos, mas somente instrumentos financeiros para fins de proteção patrimonial.

5.5 Outras informações relevantes

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia foi implementada para fins de adequação às regras do segmento de listagem Novo Mercado da B3, seguindo os princípios adotados por normas de gestão de risco empresarial reconhecidas no mercado, como a ISO 31000:2009, a fim de avaliar e monitorar os riscos estratégicos, operacionais, de conformidade, cibernéticos, financeiros de imagem e socioambientais aos quais a Companhia está exposta, proporcionando um mecanismo para priorização desses riscos e, conseqüentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para mitigar sua materialização, conforme descrita na Seção 5.1(b) deste Formulário de Referência.

O gerenciamento desses riscos é realizado pelo Comitê de Auditoria não estatutário criado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de maio de 2021. O Comitê de Auditoria é responsável pela supervisão da gestão de riscos da Companhia, por opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia; avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; acompanhar as atividades da auditoria interna da Companhia; avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; reportar periodicamente as suas atividades à administração ao Conselho de Administração; avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, bem como possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos. Atuam, em conjunto com o Comitê de Auditoria, o Comitê de *Compliance*, os Gestores das Áreas de Negócio, a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia.

Para mais informações a respeito das responsabilidades específicas e estrutura hierárquica de nossa estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos, veja a Seção 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência.

(b) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que a estrutura operacional e de controles internos é adequada para verificar a efetividade do gerenciamento dos riscos de mercado e sempre que necessário a Companhia revisará os códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

II. A Companhia informa que realiza testes de invasão aos seus sistemas conduzidos por empresas especialistas em segurança da informação, buscando identificar e tratar vulnerabilidades que possibilitem ataques através de hackers aos sistemas da Companhia. Neste sentido, a Companhia realizou seu Security Program Review no 1º trimestre de 2021, executando uma completa revisão de segurança de todos os seus processos e infra-estruturas, executado pela consultoria norte-americana AON Cyber Solutions ("AON"). Dentre uma série de ações executadas pela AON, vale destacar o teste de vulnerabilidade externa, que não identificou vulnerabilidades críticas. Este primeiro relatório teve um score de 1.4 numa escala de 4, baseado no framework aplicado para mensurar a maturidade e o apetite da companhia por riscos cibernéticos. Após a proposição da consultoria AON, a Desktop um programa de revisão dos riscos cibernéticos foi desenvolvido a fim de eliminar ou mitigar os principais riscos voltados a segurança cibernética. Os principais habilitadores foram:

- a. Ativação do site disaster recovery e alta disponibilidade em nov/2022.
- b. Implementação de firewall nova geração com IDS, IPS, WAF e MFA em ago/2022.
- c. Implementação de novo sistema de backup em jul/2022.
- d. Contratação de serviço de treinamento e conscientização de cibersegurança em Fev/2023.
- e. Nova estrutura de Virtualização com alta disponibilidade em implantada em jun/2022.
- f. Padronização e modernização dos ambientes de TI mar/2023.
- g. Monitoração preemptiva de eventos de tecnologia nov/2022.
- h. Aquisição de implantação de novo cluster de banco de dados em abr/2023.
- i. Ativação de MFA em todos os serviços SAS em jun/2022.
- j. Indicação de um Security Leader em abr/2022.
- k. Bloqueio total de drives externos em abr/2022.
- l. Ativação de política de troca de senhas e complexidade aumentada em jun/2022.
- m. Desenvolvido inventário completo de hardware e software da companhia. Dez/2022.

Em 2023 serão adquiridos e implantados os respectivos projetos e serviços:

- (a) PAM (Cofre de senha)
- (b) SOC (Security Operation Center) como MSS
- (c) IAM (Gestão de Identidades)

5.5 Outras informações relevantes

- (d) Pentest interno e externo por consultoria de terceira parte.
- (e) Revisão das políticas de segurança, Disaster Recovery e Continuidade de Negócio.
- (f) A companhia recebeu propostas para o seguro cibernético e está avaliando a contratação do serviço ainda em 2023.

Todas as melhorias descritas elevaram o nível de maturidade da companhia para 2.0 (numa escala de 4) na última avaliação realizada pela consultoria AON o que demonstra que todos os esforços para manter os ambientes de tecnologia seguros estão sendo feitos e avaliados por uma consultoria independente com intuito de garantir aderência ao programa de revisão de cibersegurança.